MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

Por decreto de 27 de fevereiro ultimo:

Primeiro tenente, Antonio Pinheiro Silvano — mandado passar á situação de licença illimitada, que requerem, nos termos do artigo 1.º do decreto com força de lei de 2 de novembro de 1910.

Por decreto de 2 do corrente:

Primeiro tenente Joaquim Bernardo Camello de Moraes e Castro — nomeado commandante da canhoneira *Chaimite*.

Majoria General da Armada, em 2 de março de 1911. — O Major General da Armada, *José Cesario da Silva*, Vice-Almirante.

2.ª Repartição

Por portaria de 1 do corrente:

Segundo tenente Augusto Carlos de Saldanha — nomeado instructor da escola de alumnos marinheiros do sul.

Por portaria de 2 do corrente:

Concedidos sessenta dias de licença registada ao segundo tenente José Botelho de Carvalho Araujo.

Majoria General da Armada, em 2 de março de 1911. — O Major General da Armada, *José Cesario da Silva*, Vice-Almirante.

Direcção Geral de Marinha

3.ª Repartição

Alterações á «Lista dos navios da marinha portugueza» occorridas nos meses de novembro e dezembro de 1910 e janeiro e fevereiro de 1911:

Em novembro e dezembro de 1910:

Marinha mercante
Navios a aumentar

Sinal	Nome e qualidade	Força da machina Cavallos Indeados	Arqueação		Porto de registro
			Tonelagem bruta	Tonelagem líquida	
HBGL	+ Ceres, vapor.....	250	** 178,02	56,08	Lisboa.
HCJP	+ Arrabida, vapor...	400	** 213,25	74,69	Porto.
HCQG	+ Serra da Agrella, vapor	80 nom.	249,65	95,10	Porto.
HCQL	+ Maria Leonor, vapor.....	400	** 279,65	94,76	Lisboa.
HCTF	+ Cabo Verde, vapor	450	** 223,66	124,55	Lisboa.
HCTK	+ Douro, vapor.....	390	** 278,85	117,03	Lisboa.
HCTP	+ Norte, vapor.....	450	** 265,62	108,64	Lisboa.
HFCP	+ Rio Tejo, vapor.....	450	** 337,46	172,70	Lisboa.
HFJK	+ Mindello 2.ª, vapor	480	** 214,36	96,42	Porto.
HFQP	+ Vasco da Gama, vapor.....	400	** 226,32	89,43	Lisboa.
HGPV	+ Maria Luisa 2.ª, vapor.....	350	** 228,15	77,71	Lisboa.
HGQL	+ Laureado, vapor..	430	** 194,80	65,54	Porto.
HJBS	+ Victoria Laura, vapor.....	350	** 257,03	93,56	Lisboa.
HJGT	+ Lusitano, vapor...	77 nom.	** 219,99	98,07	Porto.

+ Navio de helice.
* Arqueação pela regra 1.ª de Moorsen.
** Arqueação pela regra 2.ª de Moorsen.

Navios a abater

HBKF Eugenio, hiate. Naufragou.
HBLT Marques, chalupa. Naufragou.
HBVN + Machado 3.º, vapor. Naufragou.
HCMW Graça 1.º, cahique. Foi registado como barco de pesca.
HJNL Graciosa, chalupa. Foi transformada em fragata de carga.

Navio que mudou de nome

HFCW S. Francisco 1.º, cahique. Passou a denominar-se Iria 1.º.

Navio que mudou de armação e soffreu alterações na arqueação

HFRB Alleluia do Mar, cahique. Armou a hiate e passou a ter a arqueação seguinte: T. B., 32^t,79; T. L. 30^t,95.

Em janeiro e fevereiro de 1911:

Marinha mercante
Navios a aumentar

Sinal	Nome e qualidade	Força da machina Cavallos Indeados	Arqueação		Porto de registro
			Tonelagem bruta	Tonelagem líquida	
HBKW	+ Azevedo Gomes, vapor.....	100 nom.	** 245,14	84,59	Porto.
HBRL	+ Magalhães Lima, vapor.....	50 nom.	** 208,95	79,96	Porto.
HDJR	+ Mediterraneo, patacho	-	** 189,50	149,88	Porto.
HFGM	+ Viajante, hiate.....	-	** 101,03	95,98	Porto.
HFJB	+ Loch Laggan, vapor.....	62 nom.	** 211,38	78,33	Porto.

Navios a abater

HJGT + Lusitano, vapor. Naufragou.

Navios que soffreram alterações na arqueação

HBGS Aguia, vapor-rebocador. Passou a ter a arqueação seguinte: T. B., 194^t,42; T. L. 49^t,84.
HFDN Maria Augusta, esouna. Passou a ter a arqueação seguinte: T. B., 169^t,75; T. L., 137^t,83.

Direcção Geral da Marinha, em 1 de março de 1911. — O Director Geral, *Guilherme Gomes Coelho*, capitão de mar e guerra.

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As operações do recenseamento eleitoral nas colonias portuguezas são feitas, nos concelhos e outras divisões territoriaes assimiladas, pelo presidente da camara ou da commissão municipal ou pelo chefe da administração local, auxiliado pelos empregados das respectivas secretarias ou por outros que elle requisite.

§ unico. Para a revisão do recenseamento eleitoral, o presidente ou o chefe da administração local, acima mencionado, poderá convocar pessoas competentes para darem informações, que serão reduzidas a termo, assinado por elle e por quem as prestar e requisitará das estações officiaes os esclarecimentos necessarios.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 24 de fevereiro de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Affonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

Despacho effectuado na data abaixo designada

Por decretos de 27 de fevereiro:

Antonio Lobo de Almada Negreiros — exonerado do cargo de administrador do concelho de S. Thomé.

Bacharel Bernardino Vidigal — nomeado para o cargo de administrador do concelho de Thomé.

Direcção Geral das Colonias, em 1 de março de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

3.ª Repartição

Para os devidos effectos se annuncia que, pelas quatro horas da tarde do dia 26 de abril do corrente anno, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1 hectare de terreno baldio, requerido por Lemos & Irmão, sito em Mazangue, circunscrição de S. Salvador do Congo, districto do Congo, na provincia de Angola, confinando por todos os rumos com terrenos baldios, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em portuguez nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... reis, por ...»

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias ou do governador do districto do Congo, conforme o deposito for, respectivamente, feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial ou do supracitado districto, a quantia de 100\$000 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunales portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio portuguez ha mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter logar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...»

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da offerta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offeredo o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offeredos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral da provincia de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar, na Direcção Geral das Colonias ou na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola, ou na secretaria do Governo do districto do Congo, o certificado do deposito de caução, na importancia de 500\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial ou do districto supracitado, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto do Congo.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 1/3 real por metro quadrado.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisorio de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Para os devidos effectos se annuncia que, pelas quatro horas da tarde do dia 26 de abril do corrente anno, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 2:500 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Norberto Paes Mamede sito em Morro Branco, antiga libata do Cagigita de Benguela Velha, concelho de Novo Redondo, districto de Loanda, na provincia de Angola, confinando pelo norte, sul e nascente com terrenos baldios, poente com a faixa marginal de 80 metros.

Programma do concurso

1.ª

As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª

As propostas serão escritas em portuguez e nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., circunscrição de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos ... n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... reis, por ...»

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.